

REVISTA **Fonset**

FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS DO TRABALHO



**DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**
DA QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL NO PAÍS

SECRETARIAS DO
TRABALHO INTENSIFICAM
**PROGRAMAS DE
CAPACITAÇÃO**

AÇÕES PELO
**TRABALHO
DECENTE**
AVANÇAM NO BRASIL

Ano 1 | nº 02 | Nov 2010

QUALIFICAÇÃO

DIRETORIA



Nilton Vasconcelos (BA)
PRESIDENTE



Tarciso Celso Vieira de Vargas (ES)
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE



José Antônio Barros Heluy (MA)
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE



Takane Kiyotsuka do Nascimento (DF)
SECRETÁRIO



Iranildes Gonzaga Caldas (AM)
TESOUREIRA



Ronald Ázaro (RJ)
CONSELHO FISCAL



Maria das Dores Braga Nunes (TO)
CONSELHO FISCAL



Tércio Albuquerque (PR)
CONSELHO FISCAL

SECRETARIAS DO TRABALHO

Secretaria de Estado do Desenvolvimento,
Ciência e Tecnologia do Acre
Secretário: **JOÃO CÉSAR DOTTO**
(68) 3223-6906 / (68) 3223-1281

Secretaria de Estado do Trabalho,
Emprego e Renda de Alagoas
Secretária: **NADJA SOARES BAIA**
(82) 3315-1853 / 1856
Fax (82) 3315-1856

Secretaria de Estado do Trabalho e
Empreendedorismo do Amapá
Secretária: **REGINA Mª DE OLIVEIRA DUARTE**
(96) 3225-8766 / 3225-8750 / 8763
Fax (96) 3225-8756 / 8766

Secretaria de Estado do Trabalho
do Amazonas
Secretária: **IRANILDES GONZAGA CALDAS**
(92) 3621-2232 / 2249
Fax (92) 3621-2255

Secretaria de Estado do Trabalho,
Emprego, Renda e Esporte da Bahia
Secretário: **NILTON VASCONCELOS JUNIOR**
(71) 3115-3396 / 3398 / 3140
Fax (71) 3115-3394

Secretaria de Estado do Trabalho e
Desenvolvimento Social do Ceará
Secretária: **FÁTIMA CATUNDA R. M. DE ANDRADE**
(85) 3101-4601 / 4597 / 4572
Fax (85) 3101-2121

Secretaria de Estado do Trabalho
do Distrito Federal
Secretário: **TAKANE KIYOTSUKA DO NASCIMENTO**
(61) 3327-0009 e (61) 3326-1379

Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e
Desenvolvimento Social do Espírito Santo
Secretário: **TARCISO CELSO VIEIRA DE VARGAS**
(27) 3224-6487 / 6459
Fax (27) 3314-5758

Secretaria de Estado da Cidadania
e Trabalho de Goiás
Secretário: **DINEUVAN RAMOS DE OLIVEIRA**
(62) 3201-8566 / 8569 / 8600
Fax (62) 3201-8563 / 8561

Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Social de Minas Gerais
Secretária: **ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA**
(31) 3348-4404 / 4405
Fax (31) 3348-4200

Secretaria de Estado do Trabalho e
Economia Solidária do Maranhão
Secretário: **JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY**
(98) 3218-9853 / 9856
Fax (98) 3218-9865

Secretaria de Estado do Trabalho e
Assistência Social do Mato Grosso do Sul
Secretária: **TANIA MARA GARIB**
(67) 3318-4156 / 4141
Fax (67) 3318-4111 / 4133

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego,
Cidadania e Assistência Social do Mato Grosso
Secretário: **JEAN ESTEVAN CAMPOS OLIVEIRA**
(65) 3613-5713 / 5706 / 5790 / 5746
Fax (65) 3613-5708

Secretaria de Estado do Trabalho,
Emprego e Promoção Social do Paraná
Secretário: **TÉRCIO ALBUQUERQUE**
(41) 3883-2505 / 2506 / 2643
Fax (41) 3322-2740

Secretaria de Estado do Trabalho,
Emprego e Renda do Pará
Secretária: **IVANISE COELHO GASPARIM**
(91) 3194-1728 / 1725 / 1724 / 1727
Fax (91) 3194-1728

Secretaria do Desenvolvimento Humano da Paraíba
Secretária: **GIUCÉLIA ARAÚJO FIGUEIREDO**
(83) 3218-6660 / 2402 ou (83) 3241-7612
Fax (83) 3218-6634

Secretaria de Estado da Juventude e
Trabalho de Pernambuco
Secretário: **PEDRO MENDES**
(81) 3183-7001 / 7002 / 7003
Fax (81) 3183-7004

Secretaria de Estado do Trabalho e
Empreendedorismo do Piauí
Secretária: **LARISSA MENDES MARTINS MAIA**
(86) 3211-0696
Fax (86) 3211-0696

Secretaria de Estado da Justiça e
Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul
Secretário: **FERNANDO SCHULER**
(51) 3288-6415 / 6417 / 6400
Fax (51) 3288-6430

Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e
Assistência Social do Rio Grande do Norte
Secretário: **JOSÉ GERCINO SARAIVA MAIA**
(84) 3232-1850 / 1810
Fax (84) 3232-1830

Secretaria de Estado do Trabalho e
Bem Estar Social de Roraima
Secretária: **MARIA DANTAS NÓBREGA**
(95) 2121-2640 / 2600
Fax (95) 2121-2640

Secretaria de Estado do Trabalho e
Renda do Rio de Janeiro
Secretário: **RONALD ÁZARO**
(21) 2332-6710
Fax (21) 2332-6709

Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Econômico e Social de Rondônia
Secretário: **MARCO ANTÔNIO PETISCO**
(69) 3216- 5261 / 5177
Fax (69) 3216-5990

Secretaria de Estado da Assistência Social,
Trabalho e Habitação de Santa Catarina
Secretário: **ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA**
(48) 3229-3779 / 3722 / 3766
Fax (48) 3229-3618

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego de Sergipe
Secretário: **JOSÉ MACÊDO SOBRAL**
(79) 3198-0502
Fax (79) 3198-0502

Secretaria de Estado do Emprego e Relações
do Trabalho de São Paulo
Secretário: **PEDRO JEHÁ**
(11) 3241-7004 / 7011 / 7013 / 7203 / 7205
Fax - (11) 3241-7010

Secretaria de Estado do Trabalho e
Desenvolvimento Social do Tocantins
Secretária: **MARIA DAS DORES BRAGA NUNES**
(63) 3218-1926 / 1988
Fax (63) 3218-1990



Em seu segundo número, a Revista Fonset traz para o leitor um balanço sobre os programas nacionais de qualificação – PlanTeQ e PlanSeQ – cuja política de financiamento tem sido alvo de críticas do conjunto das secretarias estaduais de Trabalho. Aponta-se, por exemplo, uma distorção na distribuição dos recursos praticada nos últimos anos, onde é notória a prioridade de investimento dada pelo Ministério do Trabalho e Emprego aos Planos Setoriais (PlanSeQ's), em detrimento dos Planos Territoriais (PlanTeQ's).

Este debate é retomado num momento em que a proposta a ser encaminhada ao Congresso Nacional prevê uma redução dos recursos para qualificação profissional no ano de 2011.

O Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho tem debatido amplamente o problema em suas reuniões e procurado intervir na promoção de mudanças que fortaleçam e ampliem a política de qualificação social e profissional em todo o país.

Como defendido no editorial da primeira edição, acreditamos que a criação de um Sistema Único do Trabalho irá contribuir para simplificar o processo de transferência de recursos entre governo federal, estados e municípios, superando o funcionamento atual baseado em convênios plurianuais e aditivos, responsável por atrasos e dificuldades sistemáticas na implantação das ações de qualificação e intermediação. Com a geração de empregos batendo recorde a cada mês, a ampliação dos programas de qualificação é uma política que não se pode perder de vista.

Nesta edição, apresentamos também ações importantes relativas ao desenvolvimento e fortalecimento do trabalho decente no país, a exemplo do Marco Zero, implantado em cinco estados brasileiros – Maranhão, Mato Grosso, Minas Geras, Pará e Piauí. Parte do plano da Agenda Nacional do Trabalho Decente, o Marco Zero prevê medidas importantes no combate ao trabalho escravo, garantindo aos trabalhadores vítimas dessa prática a possibilidade de conquista de um trabalho digno e com direitos sociais e previdenciários assegurados.

Traz ainda artigos assinados por Laís Abramo, da OIT/Brasil, e Clemente Ganz Lúcio, do Dieese, que abordam respectivamente sobre as ações e avanços do Trabalho Decente no Brasil e os desafios da inclusão por meio da distribuição das riquezas.

São debates que estão na ordem do dia, e por isso mesmo pautam a Revista Fonset, que segue firme no seu propósito de contribuir para o amadurecimento e avanço das políticas públicas do trabalho.

Boa leitura!

Nilton Vasconcelos
Presidente do Fonset

EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO FONSET
FÓRUM NACIONAL DE
SECRETARIAS DO TRABALHO
Edição nº 2 - Novembro de 2010
forum.fonset@gmail.com

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Hilda Fausto (DRT-BA 1748)

REPÓRTERES
Eliane Costa (DRT-BA 2209) e
Flávia Vasconcelos (DRT-BA 3045)

FOTOGRAFIA
Ascom Secretarias
Guilherme Silva
Jorge de Jesus
Agecom/Bahia

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Rita Andréia

DESIGN, ILUSTRAÇÕES E
EDITORIAÇÃO
Miguel Cotrim - XCOM

IMPRESSÃO
GRASB – Gráfica Santa Bárbara
TIRAGEM
10 mil exemplares
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Lançada em 21 de julho último, em Brasília, a primeira edição da Revista Fonset publicou reportagem, mostrando como os cursos de qualificação são hoje uma prioridade para o Brasil e como eles podem contribuir para o incremento da economia dos estados e do país. Em outra matéria, que ocupou 14 páginas da publicação, revelou a criatividade e empenho das Secretarias Estaduais do Trabalho para atender a demanda do mercado de trabalho por profissionais qualificados.

CARTAS

■ “É com grande satisfação que acuso o recebimento do exemplar anexo da Revista nº 1, do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – Fonset, lançada no mês de julho, em Brasília-DF. Na oportunidade, agradeço-lhe a gentileza do envio e parabeno-o a seus colaboradores pelo excelente trabalho.”

Eduardo Augusto Lobato

*Desembargador – Presidente do Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região
Belo Horizonte/MG*

■ “Recebo, agradecido, exemplar da edição pioneira da Revista do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho. Cumprimento o FONSET, na pessoa de Vossa Senhoria, pela iniciativa da publicação, cujos artigos e reportagens primam pela atualidade temática e por abrangente apanhado de ações das pastas estaduais do Trabalho e Emprego de todas as regiões do país.

Desembargador Ney José de Freitas

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Curitiba/PR

■ “Cumpra-nos agradecer a especial atenção a nós dispensada por V. Exa. na oportunidade em que nos envia o exemplar da Revista do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho. Esta publicação enriquecerá o acervo específico de nossa Biblioteca e será de grande valia para o estudo e consultas por parte dos nossos corpos docente e discente.”

Antônio Joaquim Bastos da Silva

Reitor da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Itabuna/BA

■ “Agradeço-lhe exemplar da Revista Fonset, oportunidade em que parabeno-o pela excelência da publicação.”

Eduardo Prado de Oliveira

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe – FIES.
Aracaju/SE*

■ “Agradecemos pelo exemplar enviado e aproveitamos a oportunidade para cumprimentar pela qualidade do material que será muito útil para nossa administração.”

Nelson Trad Filho

Prefeito de Campo Grande/MS

■ “Agradecemos o encaminhamento do exemplar anexo da Revista nº 01 do Fórum Nacional das Secretarias do Trabalho – Fonset, e parabenizamos V. Sa. pelo conjunto de ações desenvolvidas por essa instituição sob sua liderança. “

Fabício Vasconcellos Soares

Diretor Geral da Fundação ADM – UFBA – Salvador/BA

Também enviaram mensagens:

■ **Desembargador José Barbosa Filho**

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Natal/RN

■ **Carlos Mariani Bittencourt**

Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro/RJ

■ **Desembargadora Telma Britto**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

■ **Frederico Mendonça**

Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac)

■ **Conselheira Ridalva Figueiredo**

Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

■ **Antônio César Fernandes Nunes**

Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia

■ **Carlos Martins**

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

■ **Gentil Pio Oliveira**

Desembargador-Presidente de Goiânia

Críticas e sugestões:
forum.fonset@gmail.com

Qualificar
para o Brasil crescer

6

Meta do PlanSeQ da construção civil
é qualificar 100 mil pessoas

9

Interesse do trabalhador tem prioridade
na Comissão de Trabalho da Câmara Federal

11

Qualificar o trabalhador é o desafio
das secretarias de Trabalho

12

Desafios da inclusão
Artigo de Clemente Ganz Lúcio

19

O compromisso com o Trabalho Decente no Brasil:
uma mudança de escala - *Artigo Laís Abramo*

21

Plano do MTE é erradicar o trabalho escravo
no Brasil - *Entrevista com Ruth Vilela*

22

Secretarias mobilizadas
pela erradicação do trabalho escravo

25

Jornada Mundial pelo
Trabalho Decente

26

Microcrédito
alavanca renda

27

Sistema S desenvolve programas
voltados para qualificação profissional

28

QUALIFICAR PARA O BRASIL CRESCER

As Secretarias estaduais do Trabalho estão empenhadas em garantir qualificação profissional que propicie a inclusão social, a redução do desemprego e da desigualdade. Este, aliás, é o objetivo do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que é financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Os estados, entretanto, tem reagido aos sucessivos cortes de orçamento dos Planos Territoriais de Qualificação.

As ações do PNQ são colocadas em prática por meio dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQ's) e Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQ's), ambos de extrema importância e alcance nacional. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, que coloca em prática o programa em parceria com secretarias de estado, municípios e instituições como as do Sistema S, existem atualmente 178 convênios, entre PlanTeQ's e PlanSeQ's, em execução no país.

Os dois planos tem suas especificidades: os PlanTeQ's são convênios celebrados com estados e municípios, no âmbito dos Convênios Plurianuais Únicos (CPU's), cuja finalidade é disseminar cursos de qualificação nos territórios a que são propostos. É o estado e/ou município, com aprovação das Comissões Estaduais/Municipais Tripartites de Trabalho, que escolhe quais os cursos que devem ser ministrados e em quais localidades. Por isso, os cursos desenvolvidos pelo PlanTeQ são diversificados e podem ser de pedreiro a eletricitista, cozinheiro, mecânico ou guia turístico.

O critério de distribuição de recursos utilizado para os PlanTeQ's atende às condições impostas nas resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e leva em conta dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Pesquisa Nacional por Amostra

Vencer o desafio da qualificação profissional passa pela aplicação eficiente dos recursos cada vez mais escassos. A integração das ações de qualificação e intermediação profissionais é meta a ser perseguida continuamente. O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) deve ser construído com a participação de todos os entes públicos envolvidos na sua execução

de Domicílios (PNAD), da População Economicamente Ativa (PEA) entre outros.

Já os PlanSeQ's são planos setoriais complementares, ou seja, atendem a demandas de qualificação propostas por um setor econômico ou público específico, e são executados por entidades privadas sem fins lucrativos ou por entes públicos, como é o caso do PlanSeQ da construção civil.

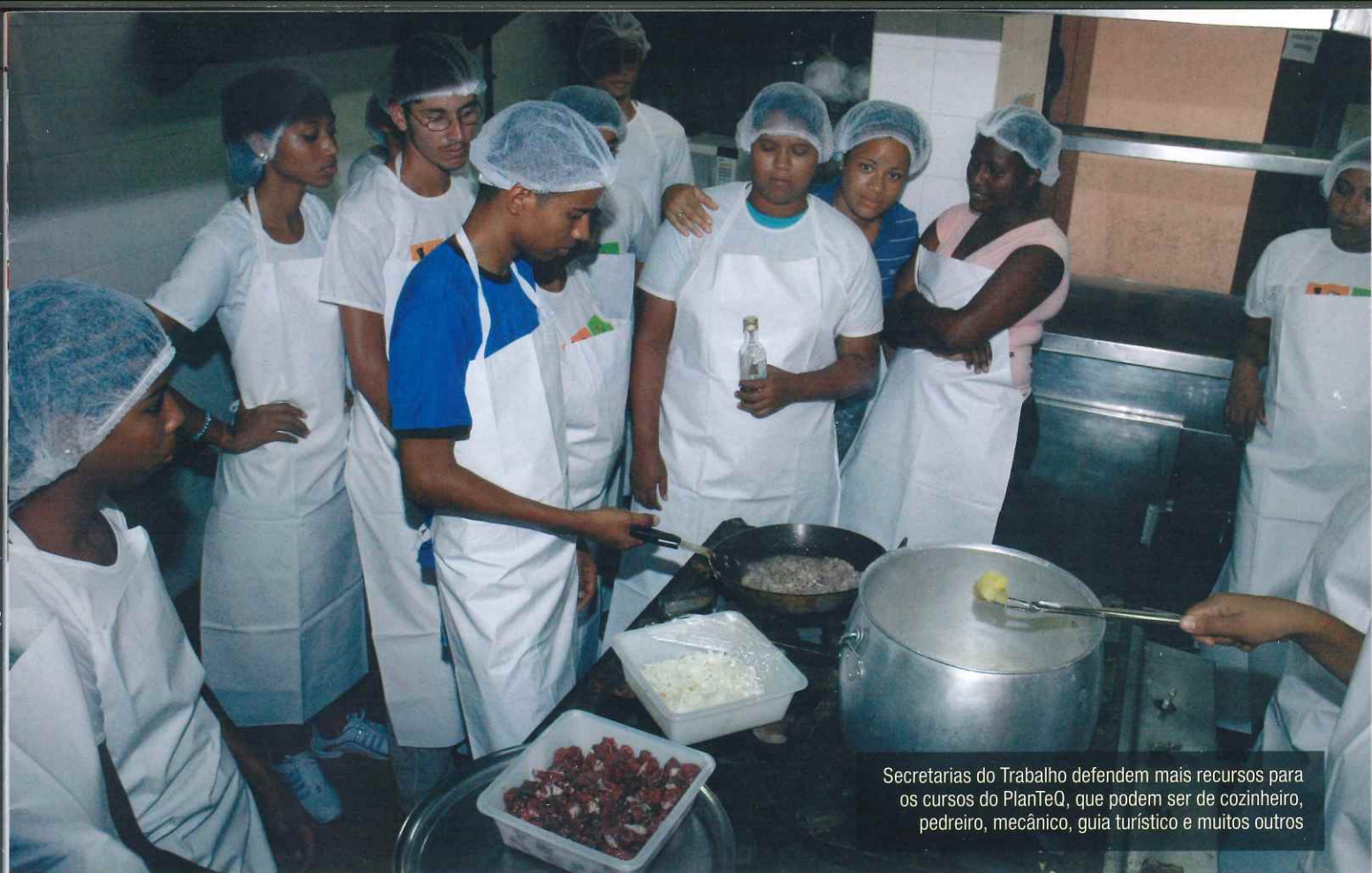
Secretarias reclamam - Segundo o presidente do Fórum Nacional das Secretarias Estaduais de Trabalho (Fonset), Nilton Vasconcelos, a queixa geral das secretarias do Trabalho é de que o MTE tem priorizado os PlanSeQ's na destinação dos recursos. "Os planos setoriais decorrem de decisão unilateral do Ministério e nem sempre leva em conta o papel das secretarias na intermediação da mão-de-obra. O sentido da qualificação é viabilizar o emprego e isso se dá através da ação dos estados e municípios no sistema SINE de intermediação", observa o presidente, destacando que 80% dos recursos de qualificação profissional são executados por meio de PlanSeQ's.

Na opinião do Fonset, há uma distorção na distribuição de recursos entre estados e municípios. O disparate é tão grande que, atualmente, apenas 59 municípios recebem os recursos equivalentes aos destinados aos 27 estados, e que são aplicados em aproximadamente cinco mil municípios. "Nós entendemos que a municipalização dos recursos deve ser mais criteriosa e sem

o enfraquecimento do papel das secretarias de Trabalho", observa Nilton Vasconcelos.

O Ministério do Trabalho nega que esteja privilegiando os PlanSeQ's. A diretora de Qualificação do MTE, Ana Paula Silva, destaca que o orçamento para o PlanTeQ tem crescido nos últimos anos. "De 2008 para 2010, o orçamento para o PlanTeQ cresceu de 40 milhões para 51 milhões de reais. É evidente que gostaríamos de majorar os investimentos em qualificação, mas infelizmente os limitadores não são estabelecidos pelo MTE. Além disso, apesar dos recursos inicialmente alocados na Lei Orçamentária Anual para PlanSeQ serem maiores do que os de PlanTeQ, na prática, os descontingenciamentos de recursos durante a execução desses programas privilegiam os PlanTeQ's, que chegam a 100% de atendimento, justamente porque priorizamos os convênios firmados com os entes públicos", afirma.

"Já no caso dos PlanSeQ's, a realidade é bem outra: a média de liberação não passa de 43%. Em outras palavras, significa dizer que as ações de PlanTeQ têm garantida a sua execução orçamentária plena, enquanto que nos PlanSeQ's esta não alcança sequer 50% do que é planejado. O Ministro Carlos Lupi e os Conselheiros do Codefat estão atentos a esse quadro e têm buscado iniciativas de fortalecimento da política de qualificação social e profissional em âmbito nacional, o que, certamente, se traduzirá em melhores



Secretarias do Trabalho defendem mais recursos para os cursos do PlanTeQ, que podem ser de cozinheiro, pedreiro, mecânico, guia turístico e muitos outros

perspectivas orçamentárias para os próximos anos”, enfatiza Ana Paula.

Para o Fonset, os próprios números do MTE provam que a aplicação dos recursos em maior volume via PlanTeQ é mais eficaz, considerando que a execução por esse programa atinge 100%.

Recursos exíguos e mal utilizados -

Outra queixa das secretarias estaduais do Trabalho é a demora no repasse dos recursos destinados à qualificação. De acordo com o presidente do Fonset, o excesso de burocracia na assinatura dos convênios faz com que a transferência de recursos para os cursos só saia em setembro. “Todo ano é a mesma coisa. Boa parte dos convênios é assinada em junho com vigência até maio do ano seguinte e o dinheiro acaba sendo liberado em setembro, em 2010, por conta do processo eleitoral, está ainda mais atrasado. Assim, as licitações acontecem em outubro e os projetos são executados no fim do ano, quando não têm a mesma eficácia. Neste período, muita gente consegue um trabalho temporário de final de ano e acaba saindo do curso para este emprego. Ou seja, o recurso, que já é escasso, acaba sendo mal

utilizado”, lamenta Nilton Vasconcelos.

Para solucionar esta questão, o Fonset tem proposto ao MTE a criação de um Sistema Único do Trabalho, nos mesmos moldes do que é aplicado na saúde e na assistência social. Para o Fórum, assim, seria possível assinar convênios de longo prazo e os recursos seriam repassados diretamente para os estados, com base em critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Na última reunião do Fonset, realizada em 21 de julho, em Brasília, essa proposta foi amplamente discutida. Para o secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, Tércio Albuquerque, é preciso melhor definir os papéis da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios na condução das políticas públicas de trabalho no âmbito do sistema público de emprego e a conveniência e oportunidade de que seja pactuado o cofinanciamento entre as três esferas de Governo, a fim de viabilizar políticas públicas sustentáveis e infraestrutura de qualidade no atendimento aos trabalhadores.

Na sua opinião, os conselhos/comissões

tripartites de trabalho devem ser ratificados nos três níveis de gestão (federal, estadual e municipal) como instâncias de discussão e legitimação de diretrizes e prioridades das políticas públicas de trabalho, aprovação e controle das ações. “Caberia à esfera federal a coordenação e as normas gerais; aos estados a gestão, o monitoramento, assessoramento e supervisão na execução das políticas; aos municípios o atendimento direto ao trabalhador”, defende Albuquerque.

O Fonset tem proposto também a adoção de outras medidas para aumentar os recursos destinados aos estados para os programas de qualificação. “De fato, os recursos para a qualificação são exíguos. Defendemos a revisão dos mecanismos de financiamento do FAT, a eliminação da Desvinculação da Receita da União, que consome 20% dos recursos do fundo, além da redução das despesas com o seguro-desemprego, através de investimentos na formalização do emprego e na diminuição da rotatividade no mercado do trabalho. Isto faria com que sobrasse mais recursos para a qualificação”, conclui o presidente do Fórum.

PLANSEQ COPA DO MUNDO

MTE REDUZ META INICIALMENTE ANUNCIADA

Após divulgar amplamente a capacitação, até 2014, de 150 mil pessoas para trabalhar durante a Copa do Mundo da FIFA de 2014, o MTE volta atrás e anuncia, recentemente, que a meta agora é de apenas 100 mil e 800 trabalhadores.

Com a mudança, o investimento total caiu de R\$ 124 milhões para R\$83,3 e a meta inicial de 3.125 pessoas qualificadas por cidade-sede a cada ano, ficou agora em 2.100 trabalhadores. Inicialmente, serão 25 cursos de qualificação voltados para capacitar trabalhadores nas áreas de turismo e transporte. Será oferecida formação para bilheteiro de metrô e de trem, cobrador de ônibus, frentista, motorista de ambulância, de ônibus urbano e de táxi, camareiro, cozinheiro, garçom, guia de turismo, manobrista, mensageiro, telefonista, recepcionista, artesão, vendedor ambulante, baianas de acarajé, empreendedor individual, entre outros.

Em fase final de discussão, o projeto para qualificação do PlanSeq Copa do Mundo está sendo elaborado pela Comissão de Concertação paritária e tripartite – com a participação de governo, trabalhadores e empregadores –, que foi criada em agosto. “Esse projeto definirá metas, cursos, localidades e outras informações necessárias à execução das ações de qualificação profissional. Com base nesse projeto, o MTE publicará edital de Chamada Pública de Parcerias para selecionar as entidades de qualificação profissional para a execução dos cursos”, informa Anderson Alexandre dos Santos, coordenador-geral de Qualificação Profissional do MTE.

Parceria com os estados - No PlanSeq Copa, caberá ao Ministério do Trabalho a seleção e contratação das entidades executoras dos programas de qualificação em todo o país. A definição do número de vagas para cada curso e a inscrição dos beneficiários ficarão a cargo dos estados. “Cada secretaria comprometeu-se a inscrever os trabalhadores por meio dos serviços de intermediação de mão-de-obra (Sine), além de acompanhar a execução dos cursos, zelando pela qualidade pedagógica e outros itens que possam garantir o melhor aproveitamento por parte do trabalhador”, explica Maria Thereza Andrade, superintendente do Desenvolvimento do Trabalho e líder do Grupo de Trabalho Executivo de Qualificação do estado da Bahia.

A coordenação e acompanhamento pedagógico de todos os cursos de qualificação do PlanSeq Copa serão feitos pelos estados com a consultoria do Instituto João Havelange, que cuidará em dar o mesmo padrão e uniformidade nos 12 estados-sede. Procurada pela Revista Fonet, Mônica Surruajy, do Instituto e responsável por essa ação, informa que nos cursos do PlanSeq Copa os trabalhadores conhecerão o que é e como funciona uma Copa do Mundo, terão aulas de inglês e espanhol instrumental, além de noções de hospitalidade, empreendedorismo e abordagem jurídica para prevenção e combate ao turismo sexual.



Entre janeiro e setembro deste ano, setor da construção civil gerou 330.216 novos empregos em todo o Brasil

BENEFÍCIOS DA COPA

Ao contrário do que muita gente pensa, a Copa do Mundo de Futebol não se restringe apenas aos jogos. Em torno das partidas há uma série de eventos que atraem milhares de pessoas para a região em que são realizadas. Além das cidades-sede, o público visita também as cidades vizinhas e acaba movimentando a rede hoteleira, o comércio, o turismo e o setor de serviço. Mas antes mesmo dos jogos começarem, as seleções chegam antecipadamente para aclimação e treinamento, isso sem falar que um ano antes do mundial, em julho

de 2013, ocorre a Copa das Confederações.

Outro ponto benéfico para a população são os investimentos em infraestrutura – mobilidade urbana, em particular – feitos para a realização do mundial e que acabam melhorando significativamente a vida dos moradores, mesmo depois do fim da Copa. Contam a favor também a ampliação da divulgação do país no exterior, o aumento do fluxo de turismo, o crescimento da receita cambial e a geração de empregos diretos e indiretos.

META DO PLANSEQ DA CONSTRUÇÃO CIVIL É QUALIFICAR 100 MIL PESSOAS

Foi-se o tempo em que trabalhar na construção civil era sinônimo de desprestígio social, em que as vagas do setor eram destinadas aos trabalhadores sem estudo formal ou qualificação profissional. Hoje, há mudanças significativas nesse setor, um dos que mais investem na qualificação do trabalhador e tem papel destacado na geração de trabalho e renda, principais fatores para o crescimento da economia brasileira

No ano passado, por exemplo, o número de empregos gerados pela construção civil chegou a 217.692 em todo o país, um crescimento de 11,37%, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2009. Em 2010, o setor continua se destacando na criação de vagas. Entre janeiro e setembro, já foram criadas 330.216 novas vagas no setor, segundo o Caged.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), este crescimento da construção civil está vinculado à ampliação dos investimentos públicos e privados por conta das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de infraestrutura para o Brasil sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, além do programa Minha Casa, Minha Vida.

Mas, apesar de todo o crescimento, os empregos formais correspondem a 28% da força de trabalho do setor, segundo estudo do Dieese, a partir dos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. O que significa dizer que a grande maioria dos operários da construção civil não tem acesso aos direitos trabalhistas e aceitam subempregos, muitas vezes por falta de qualificação profissional adequada.

Para enfrentar essa situação, o governo federal lançou, em 2008, o Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ) da Construção Civil, implementado no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ),

do MTE, com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Casa Civil.

"O Próximo Passo, como foi batizada a ação, tem o objetivo de ofertar cursos de qualificação social e profissional na área da construção civil, especialmente para os beneficiários do programa Bolsa Família. O setor da construção foi escolhido prioritariamente em razão da explosão de empregabilidade que tem provocado nas mais diversas regiões do país, fortalecida pelos programas federais Minha Casa Minha Vida, PAC, Petróleo e Gás e ainda muitos outros investimentos promovidos pela iniciativa privada, estados e municípios", informou a diretora de Qualificação do MTE, Ana Paula da Silva.

O governo usou como base para criação do programa, os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD/2006) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que demonstram um crescimento da ocupação nesse setor entre os beneficiários do Bolsa Família, justificando, assim, a escolha do segmento para dar início ao programa.

Com abrangência nacional, o Próximo Passo atende, inicialmente, 185 mil pessoas em 13 regiões metropolitanas: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Baixada Santista (SP), Campinas (SP), Curitiba, Porto Alegre, Distrito Federal e entorno.

O crescimento da construção civil está vinculado à ampliação dos investimentos públicos e privados por conta das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



ESTRADA DE FERRO CARAJÁS



AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO

Maranhão

UM ESTADO DE OPORTUNIDADES



ACIARIA GUSA NORDESTE



HIDRELÉTRICA DE ESTREITO

maranhão
governar é cuidar das pessoas

INTERESSE DO TRABALHADOR TEM PRIORIDADE NA COMISSÃO DE TRABALHO DA CÂMARA FEDERAL

O debate de temas referentes ao mundo do trabalho tem espaço permanente no Congresso Nacional por meio da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP). Composta por parlamentares de diversos partidos políticos, a Comissão tem a função de aprofundar a discussão, aprovar ou indicar a aprovação de projetos ligados aos trabalhadores urbanos e rurais e aos servidores públicos federais

Uma das mais movimentadas da Câmara, a Comissão aprovou, nos últimos três anos, mais de 700 propostas de interesse de trabalhadores brasileiros. Entre eles, o projeto que aumenta a licença maternidade de quatro para seis meses e os que regulamentam as Centrais Sindicais e as cooperativas de trabalho.

A CTASP contribuiu também para a ampliação da formação profissional dos brasileiros. Só em 2009, aprovou 27 projetos sobre criação de escolas técnicas, universidades federais e centros federais de educação tecnológica. Agora, o Fonset quer colocar na pauta da Comissão também a discussão sobre a falta de recursos para a qualificação profissional.

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ALEX CANZIANI (PTB-PR).

Revista Fonset - Quais os principais temas discutidos atualmente na Comissão de Trabalho?

Alex Canziani - Neste momento, os projetos de lei mais discutidos referem-se a plano e reestruturação de carreiras, criação de escolas federais, alteração da CLT e regulamentação de profissionais.

RF - Qual a importância da qualificação profissional para o Brasil?

AC - A Rede Federal de Educação Profissional está vivenciando a maior expansão da sua história. As escolas técnicas devem se proliferar por todo o país para atender à demanda do mercado, que não para de crescer. Estudos realizados pela indústria apontam um aumento do desequilíbrio entre oferta e procura por mão-de-obra qualificada até 2014, exigindo a formação profissional de cerca de 3 milhões de trabalhadores por ano para atender à demanda do setor. É preciso formar cada vez mais técnicos para evitar que o país não sofra um 'apagão de mão-de-obra qualificada'.

RF - O que o senhor acha de programas como o Planseq e Planteq?

AC - Acho que devemos continuar investindo em programas de capacitação profissional. Estas ações devem ser voltadas prioritariamente à população vulnerável econômica e socialmente, em particular trabalhadores com baixa renda



Deputado Alex Canziani, presidente da Comissão de Trabalho da Câmara Federal

e baixa escolaridade e populações mais sujeitas a diversas formas de discriminação social, portanto, com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

RF - A Comissão vem discutindo a questão da qualificação dos trabalhadores?

AC - Sim. Quando assumimos a presidência da CTASP, em fevereiro deste ano, criamos o evento 'Trabalho em Debate'. Uma vez por mês, acontece uma palestra na Comissão de Trabalho com transmissão ao vivo pela TV Câmara. A palestra é sempre proferida por uma autoridade na área de trabalho. Convidamos, além dos parlamentares e funcionários da Câmara, universitários para diversificar o debate. Acredito que isso enriquece o trabalho da CTASP.

QUALIFICAR O TRABALHADOR É O DESAFIO DAS SECRETARIAS DE TRABALHO

O investimento em qualificação profissional da população tem sido o principal foco de atuação das secretarias estaduais de Trabalho em todo o Brasil. Apesar das dificuldades e escassez de recursos, todas conseguem desenvolver programas que garantam a capacitação dos trabalhadores, atendendo, assim, um mercado em franca expansão e com geração recorde de empregos. Neste espaço, a *Revista Fonset* mostra as ações e programas desenvolvidos em vários estados, tendo como base as informações enviadas pelas secretarias

CENTRAL DO AUTÔNOMO É SUCESSO EM ALAGOAS

"O Governo do Estado deu o barco e a rede para a gente pescar. Agora a gente tem que partir para o mar para trazer o peixe da nossa família". Esta declaração, do trabalhador autônomo Fernando Dória, no lançamento da Central de Autônomos de Alagoas, que foi criada em 2009, define bem o papel do serviço oferecido pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda.

Em um ano, a Central cadastrou mais de 500 profissionais. Os trabalhadores que procuram o serviço são cadastrados, capacitados e orientados até se tornarem aptos para se recolocar no mercado de trabalho, seja através de empregos formais ou da prestação de serviços autônomos.

O público da Central de Autônomos é formado por pessoas que não conseguem disputar os empregos formais nas mesmas condições que outras, pois não se enquadram no perfil das vagas disponíveis, por terem idade e grau de escolaridade abaixo da média exigida. Com a Central, o Estado de Alagoas ajuda o cidadão a descobrir sua melhor capacidade para o serviço autônomo, prestando-lhe atendimento psicológico ocupacional e comportamental.

A Central de Autônomos tem reconhecida a sua relevância pelo Governo do Estado de Alagoas, com a aprovação de R\$ 900 mil do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecop) para a implantação de uma nova sede, prevista para ser inaugurada ainda este ano.

AMAPÁ FOMENTA O EMPREENDEDORISMO

O Governo do Amapá, por meio da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (Sete), tem buscado facilitar a inserção do cidadão no mundo do trabalho, tanto por meio do mercado formal ou através do fomento às iniciativas empreendedoras.

As ações de qualificação profissional destacam-se como um grande instrumento de valorização do trabalhador amapaense, já que possibilita um maior nivelamento nos padrões de competitividade no mercado de trabalho. Esta ação foi dinamizada com o Programa Estadual de Qualificação Amapá Trabalhador que, de junho de 2008 a dezembro de 2009, já qualificou mais de 11.650 trabalhadores em todos os municípios do estado.

No que tange ao incentivo às iniciativas empreendedoras, a SETE, por meio do Programa Amapá Empreendedor, disponibiliza o acesso ao microcrédito assistido, efetivado pelo Fundo de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato, que atendeu, no período de 2005



Central de Autônomos de Alagoas ajuda o cidadão a descobrir sua melhor capacidade para o serviço

a 2009, 9.400 empreendedores.

O Programa faz o acompanhamento dos empreendimentos financiados, realizando cursos e palestras que buscam elevar o tempo de vida das organizações. Realiza, ainda, o incentivo às associações e cooperativas do Estado, bem como o atendimento e incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e o fortalecimento das políticas voltadas ao desenvolvimento do artesanato do Amapá.

AMAZONAS INTENSIFICA AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comemorando o crescimento da oferta de empregos em Manaus, a Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas (Setrab) passou a enfrentar a crise da falta de mão-de-obra qualificada.

Para reverter o quadro, a Secretaria tem intensificado ainda mais as ações de qualificação, transformando cada espaço ocioso numa sala de aula aplicada a cursos de preparação para o mercado.

O próprio Centro de Treinamento (Cetam), do Governo do Estado, modificou sua conceituação, disponibilizando sua estrutura para estabelecer a excelência da qualificação. Uma tarefa que começa no balcão de intermediação 24 horas do Sistema Nacional de Emprego no Amazonas e finaliza no encaminhamento do trabalhador capacitado ao emprego.

SINEBAHIA É REFERÊNCIA INTERNACIONAL

Em 2007, as ações do Sistema Nacional de Emprego (Sine) executadas pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) passaram por uma revolução na Bahia. Entendendo a necessidade de priorizar o funcionamento do sistema público de emprego de forma integrada – qualificação, intermediação e habilitação para o seguro desemprego –, a Setre implantou nova metodologia no Sine



Com a reformulação feita em 2007, o SineBahia integrou as ações de qualificação, intermediação e habilitação para o seguro-desemprego

estadual, que passou a se chamar Serviço de Intermediação para o Trabalho - SineBahia.

Nestes quase quatro anos de funcionamento, o Serviço estabeleceu uma relação de parceria e credibilidade com empresas baianas, tornou-se referência nacional e internacional, recebendo visitas de comitivas estaduais, representantes de seis países e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando conhecer a experiência baiana.

No SineBahia, os trabalhadores são acompanhados por profissionais desde a inscrição até o encaminhamento aos postos de trabalho. Antes de chegarem a esta etapa final, participam de processos de pré-seleção através do serviço de psicologia e também de oficinas de Técnicas de Redação, Matemática e Orientação para o Trabalho, recebem Orientação sobre Trabalho, aprendem a preparar um currículo, além de muitas outras dicas que contribuem para a sua inserção mais rápida no mercado de trabalho.

O serviço está disponível em Salvador (são 13 postos apenas na capital, inclusive a unidade central) e em mais 121 municípios baianos. No mês de setembro deste ano, o SineBahia registrou mais um recorde, com a intermediação de 6.193 pessoas em todo o estado.

Em 2010, o SineBahia assinou termo de cooperação técnica para fortalecimento do sistema público de emprego da República Dominicana, contribuindo com o desenvolvimento do serviço de intermediação naquele país. Com índices de desemprego superiores aos do Brasil, os técnicos dominicanos ligados ao trabalho viram no SineBahia um grande facilitador para

as pessoas que buscam recolocação no mercado.

CEARÁ INVESTE R\$ 83,6 MILHÕES EM QUALIFICAÇÃO

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará tem implementado políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento social e econômico de homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes ou trabalhadores, garantindo, assim, a inserção profissional.

De 2007 a 2010, com investimento na ordem de R\$ 83,6 milhões, a STDS qualificou 85.299 trabalhadores e jovens estudantes através de sete ações destinadas à promoção da capacitação profissional e à geração de emprego e renda. Priorizando a elevação da escolaridade e a qualificação profissional, 16 mil educandos, com idade entre 16 e 21 anos, foram inseridos no mercado de trabalho nestes últimos quatro anos.

Os números refletem o êxito da missão da STDS de trabalhar para o planejamento, a execução e a coordenação de políticas inovadoras no âmbito do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população socialmente vulnerabilizada.

A STDS promove, ainda, a geração de emprego e renda em outras frentes de trabalho. Através do Sine-CE, a Secretaria assegurou a inserção de 331.456 trabalhadores no mercado de trabalho, nos 184 municípios do estado. Além disso,

com a criação dos sete Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITS), até agora, na capital cearense, mais de duas mil pessoas foram beneficiadas e com a reforma do Complexo da Praça da Central de Artesanato (Ceart), 60 mil cearenses serão beneficiados na capital e no interior.

QUALIFICAR PERTO DE CASA É O DESAFIO NO DF

A Secretaria de Trabalho do Distrito Federal elegeu como ações prioritárias o fortalecimento de parcerias, a qualificação e a ampliação da capacidade de oferta de crédito do Banco do Povo aos pequenos empreendedores, autônomos, micro e pequeno empresários.

Para tanto, a Secretaria criou o projeto "Espaço Cidadão", que foi idealizado para oferecer ações de qualificação próximo à casa do trabalhador desempregado. A meta é qualificar 30 mil pessoas até o final do ano, atendendo regiões mais carentes do DF.

O "Espaço Cidadão" tem um triplo foco de atuação: na qualificação da mão-de-obra que o mercado procura; na captação de vagas de emprego disponíveis e na intermediação. Este modelo mobiliza as comunidades onde se instala; identifica as oportunidades de trabalho nos empreendimentos locais, qualifica e encaminha o trabalhador capacitado e com o perfil para as vagas disponíveis.

O Espaço Cidadão soma-se às 17 agências do trabalhador existentes em todas as regiões administrativas do DF. A presença capilar da Setrab e seus serviços junto à população também estão assegurados com os programas



De 2007 a 2010, Ceará qualifica 85 mil trabalhadores e jovens

Tele-Emprego e Portal do Emprego, que permitem ao trabalhador consultar as vagas de emprego disponíveis através do telefone e da internet, além do Portal do Empregador, que facilita o acesso das empresas aos trabalhadores capacitados pela Setrab.

ESPÍRITO SANTO CRIA GRUPO DE INTERMEDIÇÃO MASSIVA DE MÃO-DE-OBRA

O Governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), desenvolve um projeto pioneiro no Brasil. Denominado Grupo de Intermediação Massiva de Mão-de-Obra (IMMO), o projeto reúne representantes dos grandes investidores no Espírito Santo, poder público estadual, instituições de ensino, entidades de classe e centrais sindicais.

O objetivo do IMMO é avaliar os impactos financeiros e estruturais dos

grandes investimentos no estado, bem como as demandas de mão-de-obra, as necessidades de treinamento e otimização do aproveitamento de pessoal.

Baseado na troca de informações, o Grupo traça um cronograma de implantação dos investimentos, visando o melhor aproveitamento da mão-de-obra local. Com essas informações, a Setades define, de forma antecipada e direcionada, os cursos de qualificação profissional, oferecidos gratuitamente à população. Assim, os grandes empreendimentos chegam ao estado e encontram profissionais preparados para exercerem as atividades.

De acordo com o titular da Setades, Tarciso Vargas, o Espírito Santo vive um momento de crescimento econômico muito forte e "a criação do Grupo IMMO é um importante projeto para a qualificação efetiva da mão-de-obra demandada com a geração das novas vagas no mercado."

GOIÁS INVESTE NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

Para acompanhar o crescimento da oferta de vagas no setor formal em Goiás, a Secretaria de Cidadania e Trabalho, em parceria com o governo federal, desenvolve uma série de ações de qualificação profissional que visa garantir ao trabalhador do Estado acesso às vagas que estão sendo criadas.

Com a melhoria do nível técnico, os trabalhadores também podem ascender profissionalmente, ocupando funções que, em muitos casos, vinham sendo preenchidas por trabalhadores de outros estados, devido



Espírito Santo desenvolve projeto pioneiro de intermediação massiva de mão-de-obra

à escassez de mão-de-obra local preparada.

A qualificação tem sido desenvolvida em várias linhas, considerando as necessidades do mercado e as potencialidades do trabalhador. O objetivo é garantir que o cidadão encontre colocação e atenda às expectativas de empresas e indústrias que, nos últimos anos, escolheram Goiás para se instalar devido a seus diferenciais, principalmente no que diz respeito à logística.

Nos primeiros nove meses de 2010, Goiás criou 82.909 vagas formais de emprego, quase metade no setor de indústria de transformação. Para garantir acesso dos trabalhadores goianos a essas vagas, estão sendo desenvolvidos Planos de Qualificação Profissional, uma parceria do Governo de Goiás com a União, com cursos nas áreas de atendimento, administração empresarial, construção civil e mecânica, dentre outros.

Os cursos são destinados à qualificação e requalificação profissional e social de trabalhadores, incluindo beneficiários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, com o intuito de garantir a essa parcela da população a oportunidade de melhorar de vida, além de funcionar como porta de saída dos programas sociais.

INVESTIMENTO EM QUALIFICAÇÃO FORTALECE ECONOMIA DO MATO GROSSO

O Governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (Setecs), realiza ações continuadas de qualificação profissional, e disponibilizará mais de 10 mil vagas em diversos cursos até o final deste ano.

O programa Qualifica Mato Grosso, por exemplo, cujas ações integram as qualificações dos Projetos Parceria Rural Pecuária e Parceria Rural Agricultura, leva capacitação ao homem do campo, com os cursos de Vaqueiro, Doma racional e Operador de Máquinas Agrícolas. A qualificação já foi realizada em 42 cidades do estado.

Já na capital e Vale do Rio Cuiabá, o projeto Qualicopa oferece cursos na área de prestação de serviços, língua estrangeira, hotelaria e construção civil. O principal público do

programa são os trabalhadores desempregados e de baixa renda. Boa parte dos alunos termina a qualificação e já sai empregado, principalmente pela urgência de profissionais capacitados no mercado de trabalho.

Outra ação que merece destaque é o Projeto Vale Luz, uma iniciativa de sustentabilidade que recolhe garrafas plásticas e latas de alumínio e oferece cupom para descontos na energia elétrica ou vale-alimentos em uma rede de supermercado.

BANCO DA GENTE FOMENTA O EMPREENDEDORISMO NO MS

O Banco da Gente, instituição de fomento ligado à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas) no Mato Grosso do Sul, atua com diversas linhas de crédito para facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte.

Uma experiência bem-sucedida deste apoio é o caso da empreendedora Norma Ramos de Paula, uma moradora de Campo

utilizando somente uma máquina de costura. Neste período, conseguiu concluir um curso para produção em lycra e cotton. Após o curso, adquiriu uma máquina de costura overlock, com capital próprio, para melhorar a produção.

O primeiro empréstimo com o Banco da Gente foi em 2003, para aquisição de matéria-prima e mercadorias para revenda. Motivada, Norma decidiu chamar sua irmã Abigail Ramos para trabalhar com ela. A irmã deixou o serviço de doméstica para ser uma empreendedora de sucesso.

Diante do bom resultado obtido, Norma de Paula já realizou palestras gerenciais no Sebrae. No futuro, pretende adquirir outras máquinas, aumentar sua produção e os lucros.

PARCERIA É UM DOS PILARES DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM MINAS

Criado em 2008, o Projeto Usina do Trabalho já qualificou mais de 25 mil trabalhadores nos dois primeiros anos de



Trabalhadores goianos do município de Minaçu recebem certificado de cursos do PlanTeQ

Grande (MS), que para manter sua renda realizava diversas atividades: vendia roupas, prestava serviços em residências. Sua vida começou a mudar quando, com uma amiga, aprendeu a cortar, montar e costurar lingerie.

Durante seis anos, prestou serviços em uma confecção e comércio de lingerie,

atuação em Minas Gerais. O segredo do sucesso está na parceria entre o Governo do Estado, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a iniciativa privada. A demanda de qualificação é mapeada junto ao empregador, tanto no mercado formal quanto no autônomo, pelas unidades de atendimento ao

trabalhador do Sistema Nacional de Emprego (Sine) existentes no Estado.

“Identificada a demanda, o número de vagas de trabalho e os requisitos necessários para desempenhar a ocupação, nós configuramos o curso focado na necessidade do empreendimento. Quando as aulas terminam, 70% dos alunos, em média, estão com sua vaga garantida e a carteira de trabalho assinada”, explicou a coordenadora do projeto, Lara Valadares.

Leon Ivan da Silva, de 52 anos, foi um beneficiado pelo programa. No mês de setembro deste ano, ele foi contratado como encarregado de obra, por uma empresa de construção civil, para trabalhar em um grande empreendimento da região metropolitana de BH.

“Fiquei sabendo do curso, procurei e me inscrevi. Hoje, estou com minha carteira assinada, um emprego com o salário melhor do que eu tinha antes, além de ter aprimorado meus conhecimentos. Pra mim, a oportunidade foi ótima”, afirmou.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO DO PARÁ

A Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Pará (Seter) foi criada em 2007, com o objetivo de promover com qualidade e efetividade as ações para a geração de trabalho, emprego e renda.

O principal programa desenvolvido pela Seter é o Bolsa Trabalho, que qualifica jovens de baixa renda para o mundo do trabalho. O programa oferece cursos de qualificação profissional e uma bolsa de R\$ 70,00 por mês para cada participante. A ideia é que, com a qualificação, eles estejam mais preparados para conquistar seu espaço no mundo do trabalho.

O Bolsa Trabalho já atende a 92 municípios, com 72.300 jovens cadastrados desde o início do programa, sendo que 53.222 já foram qualificados e 22 mil inseridos no mundo do trabalho.

Além do Programa Bolsa Trabalho, a Seter executa também ações do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ) e o Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ), buscando a profissionalização dos paraenses. No âmbito do PlanTeQ, a Seter, em parceria com o



O mineiro Leon da Silva (capacete branco) foi um dos que conseguiram emprego após fazer curso de qualificação

Ministério do Trabalho e Emprego, já certificou 1.639 trabalhadores, em 14 municípios paraenses. Já por meio do PlanSeQ da Construção Civil, são 1.084 beneficiários do Programa Bolsa Família que participam das ações de qualificação social e profissional.

A Seter realiza a inserção do trabalhador por meio de qualificação e políticas que abranjam vários setores da economia, contribuindo, dessa maneira, com o crescimento econômico de todo o estado, diminuição da violência, desenvolvimento social, dentre outras mudanças que fazem toda a diferença na qualidade de vida da população.

GOVERNO DA PARAÍBA OFERECEU 1.031 VAGAS PARA QUALIFICAÇÃO

O Governo do Estado da Paraíba ofereceu 1.031 vagas para cursos de qualificação social e profissional do Plano Territorial de Qualificação Profissional (Planteq). Foram beneficiadas 56 cidades e investidos recursos no valor de R\$ 748.129,00 pelo Planteq da Paraíba, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano. As verbas são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com contrapartida do governo do Estado.

Segundo a secretária Giucélia Figueiredo, o governo conseguiu executar

o programa expandindo a quantidade de cidades beneficiadas. “Temos ações de capacitação nos Centros Sociais Urbanos e estamos avançando nos convênios para atender à demanda, que ainda é muito alta. Na área da construção civil, estamos abrindo vagas de qualificação em parceria com o Senac”, informa.

O público-alvo foram comunidades quilombolas, indígenas, pescadores, portadores de necessidades especiais, assentados da reforma agrária, autônomos e cadastrados no programa Bolsa Família.

Os cursos ofertados foram solicitados pelas Comissões Municipais do Trabalho e Emprego, postos do Sine-PB, Secretarias Municipais de Assistência Social e



entidades de movimentos sociais. Foi disponibilizada qualificação nas áreas de Telemática, Agroextrativismo, Metalmecânica, Alimentação, Pesca e Psicultura, Construção e Reparo, Comunicação e Marketing Social, Vestuário, Hotelaria e Informática.

PROGRAMA MÃE CORUJA É DESTAQUE EM PERNAMBUCO

Lançado em 2007 pelo Governo do Estado, o Programa Mãe Coruja Pernambucana visa combater a mortalidade infantil e garantir os direitos reprodutivos das mulheres gestantes e assegurar o atendimento de crianças na faixa etária de até 5 anos. O programa envolve sete secretarias Estaduais.

O público-alvo são pessoas das áreas mais vulneráveis do Estado, atendidas com políticas públicas integradas, envolvendo as diversas pastas. À Secretaria Especial de Juventude e Emprego/Agência do Trabalho/SINE-PE compete, por meio de entidades contratadas, a execução das ações de Qualificação Profissional, no âmbito do Programa Mãe Coruja Pernambucana 2010, com recursos do Tesouro Estadual, com foco na inclusão produtiva e geração de renda.

Atualmente, o Programa contempla 95 municípios, onde são realizadas oficinas de qualificação profissional nas áreas de artesanato, comércio, gastronomia e



Programa Mãe Coruja Pernambucana: combate à mortalidade infantil e garantia dos direitos reprodutivos das mulheres



Juventude é o foco dos programas de qualificação do Piauí

estética. As turmas são compostas, entre 20 e 25 alunas, sendo fornecido todo o material didático.

Todas as oficinas estão em acordo com as normas do Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Entre 2008 e agosto de 2010, SEJE/Agência do Trabalho já qualificou 10.355 beneficiárias do Programa Mãe Coruja Pernambucana.

PIAÚI INVESTE NA FORMAÇÃO GLOBAL DO TRABALHADOR

A Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo do Piauí abriu uma nova perspectiva para os resultados da qualificação profissional no estado, ao desenvolver programas que levam em conta a desigualdade social e as falhas da educação formal.

Focados principalmente na juventude e na inclusão no mercado de trabalho, os projetos são pautados pela união entre a iniciação profissional e as teorias pedagógicas. Os resultados são extremamente satisfatórios, traduzidos na baixa evasão e na qualidade dos cursos, por exemplo.

Entre as muitas ações realizadas com êxito pela Setre destacam-se o Programa Projovem Urbano, que está presente em 29 municípios piauienses com oito arcos ocupacionais, e o Projovem Trabalhador, implantado em 60 municípios e beneficiando 10 mil jovens.

Os professores envolvidos nestes projetos desenvolvem um excelente trabalho na etapa de qualificação profissional, traduzidos nos menores índices de evasão dentro do programa, o que demonstra o interesse dos alunos e a qualidade dos cursos.

RIO EXECUTA PROJETO PARA A COPA E AS OLIMPIADAS

De olho na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, o estado do Rio de Janeiro prepara ações de qualificação como o projeto Cidadão Olímpico, coordenado pela Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (Setrab). Para tanto, foi criado o ônibus-escola, que percorre comunidades capacitando jovens em cursos de camareira e arrumadeira, oferecendo também noção em inglês e informática, com empregabilidade imediata na rede hoteleira da cidade.

Em setembro, o projeto chegou à comunidade da Mangueira para capacitar 300 jovens, depois da sua primeira parada, no Jardim Batan, em Realengo, zona Oeste do Rio. A expectativa é formar cinco mil profissionais para a Copa do Mundo de 2014 e, até os Jogos Olímpicos, mais 15 mil, incluindo taxistas que terão cursos de capacitação em inglês. Para atender à demanda, a Setrab já está montando outros quatro ônibus-escola para percorrer outras comunidades assistidas pelas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras).

Segundo o secretário Ronald Ázaro, o sucesso do Cidadão Olímpico pode ser conferido na comunidade pacificada do Batan, onde o índice de evasão no curso é zero. As aulas terminam agora em novembro, e o projeto segue atendendo outra comunidade pacificada. "Isso demonstra o compromisso do Governo do Estado em dar continuidade aos programas de geração de emprego e renda e qualificação profissional, focados nos trabalhadores locais e das redondezas", reforça Ázaro.

SÃO PAULO INVESTE NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO TRABALHADOR

A Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert) atua com base no tripé empreendedorismo, desburocratização e qualificação profissional, e tem como foco prioritário desenvolver políticas de geração de emprego e renda.

No campo da qualificação, a Sert mantém, desde 2008, o Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), que visa aumentar as chances de uma oportunidade para quem não consegue emprego por falta de conhecimento. Os cursos são gratuitos e oferecidos a cidadãos desempregados, com idade entre 20 e 59 anos e que, prioritariamente, tenham deficiência no ensino fundamental. Ou seja, além das atividades específicas para cada curso, o PEQ reserva boa parte da carga horária para os conteúdos de português e matemática.

Em 2008, foram beneficiadas 26 mil

pessoas. No ano de 2009, foram 44 mil os atendidos pelo programa. Neste ano de 2010, mais de 60 mil trabalhadores farão cursos de qualificação por meio do PEQ.

Além do material didático, os alunos recebem, gratuitamente, lanche, vale-transporte e uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 210 mensais durante o curso, o que evita a evasão. No final, o trabalhador recebe o certificado.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL FAZ A DIFERENÇA NO TOCANTINS

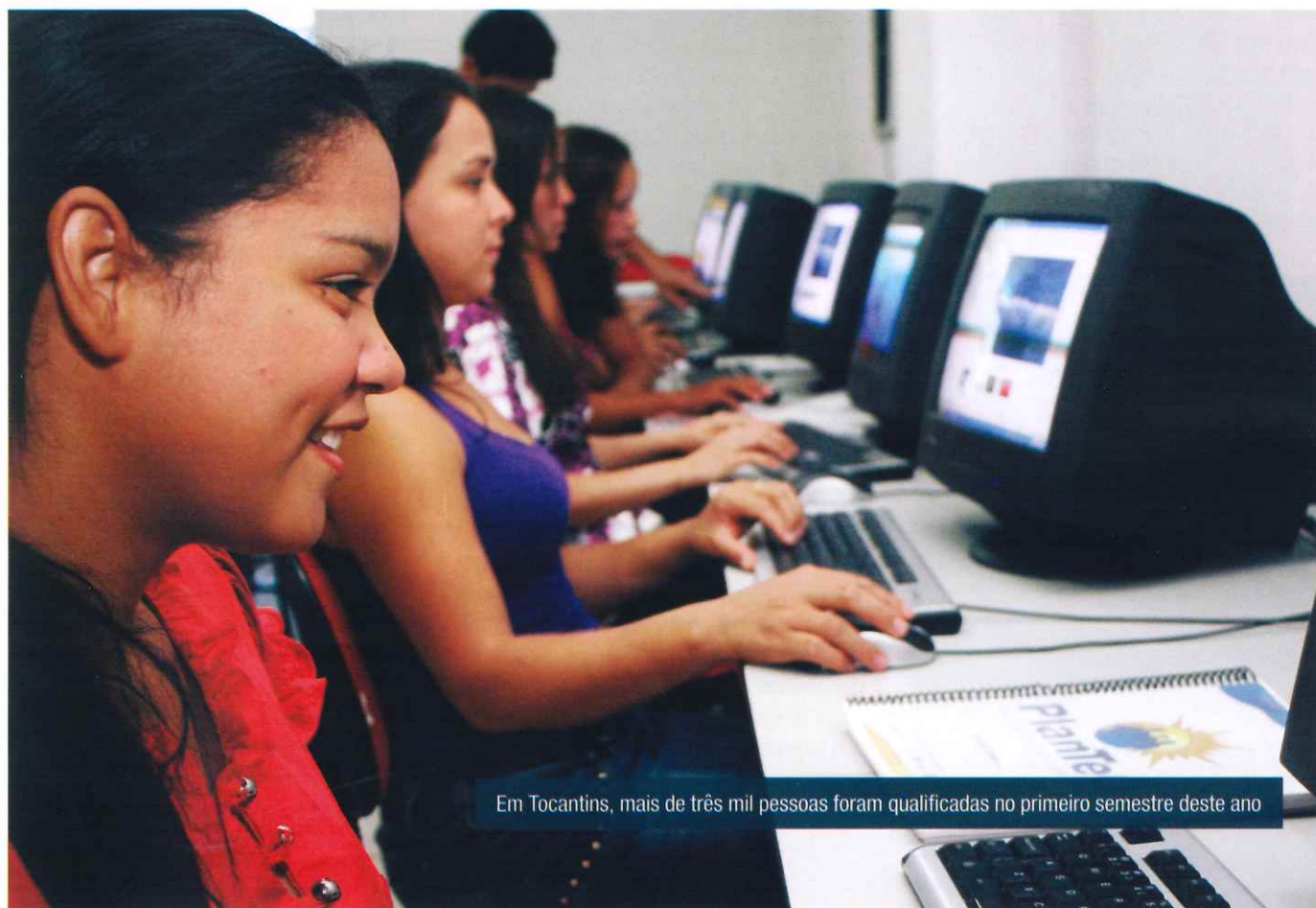
A capacitação profissional continua sendo o principal foco para o aumento da intermediação de mão-de-obra. No Tocantins, a oferta de vagas deu um salto gigantesco nos últimos anos, demonstrando o crescimento do estado e o intenso trabalho do Governo para que as oportunidades geradas com os novos empreendimentos sejam aproveitadas pela população.

De janeiro a julho de 2010, foram

ofertadas 7.523 novas vagas de emprego, um crescimento de 175%, se comparado com o mesmo período de 2009. Por causa desse incremento, a proposta da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Tocantins foi intensificar a orientação dos trabalhadores para que eles pudessem ter um olhar mais amplo das vagas de emprego.

Foram mais de três mil pessoas capacitadas no primeiro semestre de 2010, nos cursos de orientação profissional. De acordo com o superintendente do Trabalho, A'Eronssaytt Gomes, cerca de 80% desses trabalhadores foram colocados no mercado de trabalho. "Geralmente essas pessoas conseguem ser admitidas logo no primeiro mês após o término do curso", explicou.

Esse 'excesso' de vagas ofertadas por meio do Sine/Tocantins demonstra a credibilidade em que a Superintendência do Trabalho tem junto aos empresários. Essa parceria é composta desde a primeira visita das gerências dos postos aos empresários, até a disponibilidade de espaços e a capacitação e qualificação de trabalhadores de acordo com a demanda de cada empresa.



Em Tocantins, mais de três mil pessoas foram qualificadas no primeiro semestre deste ano

DESAFIOS DA INCLUSÃO

O Brasil vislumbra um longo e continuado período de crescimento econômico que tem o desafio de distribuir igualmente a riqueza e a renda geradas, promovendo a superação das graves desigualdades existentes no país. No período recente, houve mudanças importantes em termos de inclusão e mobilidade social, em que a ocupação e a renda do trabalho foram determinantes.

A distribuição de renda e riqueza, base do desenvolvimento social, torna-se possível na medida em que, entre outros, o trabalho e os trabalhadores estão no centro da estratégia de crescimento econômico. Nesse sentido, por exemplo, cabe ao Estado prover, em todo o território e na vida dos brasileiros, um amplo sistema público de promoção e proteção social do trabalho e dos trabalhadores.

Inúmeras experiências interessantes vem se desenvolvendo no país, nas esferas da União, de estados e municípios, para a geração de trabalho e de diferentes mecanismos de promoção e proteção do emprego. Só o governo federal tem mais de 120 ações que visam à geração de emprego, à formação profissional e à inclusão produtiva.

Um dos maiores desafios dos gestores públicos, em especial nos municípios, é promover a articulação dos inúmeros programas, projetos, políticas e ações no território, permitindo uma presença cooperada entre as áreas de governo junto às comunidades. Essa presença exige planejamento, identificação de desafios e escolha de prioridades.

Por meio dos Observatórios do Trabalho, o DIEESE oferece aos gestores públicos que atuam na área de desenvolvimento e do trabalho uma ferramenta de auxílio para planejar e atuar regionalmente. O objetivo é produzir informações pertinentes, no tempo adequado, para que gestores e atores sociais possam



Clemente Ganz Lúcio

Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), membro do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e do Conselho da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CONEX)

potencializar a ação no campo do trabalho.

A metade dos trabalhadores que gravita no mundo da informalidade deve ser prioridade de municípios e estados. São milhões de pessoas que atuam nas mais variadas ocupações, sem participar do sistema de promoção e proteção social. São trabalhadores que precisam de formação profissional, apoio para encontrar uma ocupação, acesso ao crédito no empreendimento popular, assistência técnica e de gestão, amparo do estado diante da doença e do impedimento para o trabalho.

O Cadastro Único do Programa Bolsa Família mobiliza mais de 50 milhões de pessoas que, por gerações, construíram estratégias de sobrevivência diante da exclusão. Agora, o crescimento econômico pode ser uma oportunidade de promover radicais mudanças nessa situação secular de injustiça.

Em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, o DIEESE realiza um esforço de pesquisa e produção técnica para conhecer melhor esse mundo de milhões de trabalhadores que estão na informalidade e na pobreza.

Oferecer aos pobres e excluídos a oportunidade de reconfigurar suas estratégias de vida, da sobrevivência para a existência digna, da dependência para a partilha, exige

a forte presença do Estado, com políticas afirmativas, capazes de promover a inclusão produtiva.

Trata-se de promover, para milhões de microempreendedores, como o Estado faz com a média e grande empresa, uma política de desenvolvimento produtivo que incentive a grande economia popular.





Agenda do Trabalho Decente

EMPREGOS COM DIGNIDADE PARA A NOSSA GENTE. UM COMPROMISSO DO GOVERNO DA BAHIA.

O Governo da Bahia implantou, em parceria com órgãos públicos, trabalhadores e empregadores, a Agenda Bahia do Trabalho Decente. São estratégias de desenvolvimento para garantir empregos dignos para todos os baianos, contribuindo para a justiça social.

Saiba mais acessando:
www.setre.ba.gov.br/trabalhodecente

Comitê Gestor:



Secretaria do Trabalho,
Emprego, Renda e Esporte

CONSELHO ESTADUAL TRIPARTITE E PARITÁRIO DE TRABALHO E RENDA DA BAHIA

SEDES | SJCDH | SAEB | CESAT/SESAB | SEPROMI | SEC | SEAGRI | SECTI | SEPLAN | SICM

O COMPROMISSO COM O TRABALHO DECENTE NO BRASIL: UMA MUDANÇA DE ESCALA

A decisão do governo brasileiro de convocar uma Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) representa uma mudança de escala no compromisso que o país vem assumindo com a promoção do trabalho decente desde 2003. Esse compromisso se iniciou quando o presidente Lula e o diretor geral da OIT, Juan Somavia, assinaram um Memorando de Entendimento com esse objetivo, corporificou-se na Agenda Nacional de Trabalho Decente lançada em dezembro de 2006, nas experiências pioneiras de estruturação das agendas estaduais de trabalho decente (Bahia em 2007 e Mato Grosso em 2009), na construção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude e na discussão tripartite de um Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, com prioridades, resultados, linhas de ação, metas e indicadores definidos para 2011 e 2015.

O objetivo da Conferência Nacional, cuja proposta foi apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao Comitê Executivo Interministerial (CEI) e ao Grupo Técnico Tripartite (GTT) da Agenda Nacional de Trabalho Decente, é instituir um amplo processo de discussão, visando, em primeiro lugar, a revisão e atualização do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; em segundo lugar, a construção de uma Política Nacional de Promoção de Emprego e Trabalho Decente. A realização da Conferência está prevista para maio de 2012, com etapas preparatórias no âmbito estadual a partir do primeiro semestre de 2011.



Laís Abramo

*Diretora da Organização
Internacional do Trabalho
no Brasil*



A proposta da CNETD se insere na estratégia que caracterizou os dois mandatos do presidente Lula, de instituir amplos processos de consulta e participação social nas mais diversas áreas das políticas públicas. A sua realização é um passo muito importante no sentido de fortalecer a promoção do trabalho decente como uma política de Estado, definida e monitorada através de amplos mecanismos de consulta tripartite. A realização da Conferência envolve enormes potencialidades e também grandes desafios e, muito provavelmente, estimulará os processos de constituição e fortalecimento das agendas locais (estaduais, municipais, intermunicipais) e setoriais de trabalho decente. O papel das superintendências regionais de emprego e das secretarias estaduais de trabalho e emprego e, consequentemente, do Fonset, será certamente muito importante para dinamizar esse processo.

O ato de lançamento oficial da Conferência está marcado para o dia 24 de novembro, em Brasília. O sucesso dessa proposta depende de um esforço compartilhado entre governo, nas suas diversas instâncias, organizações de empregadores e trabalhadores e de todos aqueles e aquelas que consideram que o trabalho decente é uma questão central para fazer avançar o objetivo nacional de erradicação da pobreza, redução significativa das desigualdades sociais e garantia da governabilidade democrática no país.

PLANO DO MTE É ERRADICAR O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

É espantoso, mas em pleno século 21 o trabalho escravo ainda existe no Brasil. Todos os anos, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego libertam centenas de pessoas que são submetidas a condições degradantes de trabalho, além de serem privadas da liberdade. Nesta entrevista concedida à *Revista Fonset*, a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Ruth Vilela, fala das ações desenvolvidas para erradicar esta prática do país

Revista Fonset - O que caracteriza o trabalho escravo no Brasil?

Ruth Vilela - O trabalho em condição análoga à de escravo é definido no Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149, como a conduta de submeter trabalhador a qualquer uma das seguintes condições: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e trabalho degradante. Essas condições, em conjunto ou isoladamente, configuram trabalhadores em condição de escravos.

RF - Em que regiões ou estados existe mais trabalho escravo? Está ligado a quais setores da economia?

RV - Só podemos responder a partir das nossas estatísticas do período 1995/2010. Ou seja, identificamos os estados em que as operações de fiscalização encontraram maior número de trabalhadores submetidos à condição análoga a de escravo. São eles: Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Não podemos afirmar, no entanto, que a prática realmente é mais intensiva nessas regiões, pois as ações são realizadas a partir de denúncias, principalmente. Nos locais onde os trabalhadores encontram mais apoio e facilidade de acesso para denunciar, haverá sempre um maior número de ações. A pecuária, em ações ligadas à abertura de pastos (desmatamento e preparação do solo), é a atividade em que foi identificado maior número de estabelecimentos com ocorrência de trabalho escravo. O grupo "Produção de lavouras temporárias" aparece em seguida. A divisão "produção florestal" é a terceira com maior número de estabelecimentos. Essa é a terminologia utilizada na CNAE - Classificação Nacional de Atividade Econômica.

RF - Qual o número de pessoas vítimas desta prática? Qual o perfil destas vítimas?

RV - Entre 1995 e 2010 (agosto), o grupo especial de fiscalização móvel e os grupos de fiscalização rural das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) resgataram 37.828 trabalhadores em condição análoga a de escravo. As vítimas são na maioria homens, com ensino fundamental incompleto e maiores de 18 anos. Cabe ressaltar que do total de resgatados (37.828), somente 173 indivíduos tinham idade entre 15 e 18 anos.

RF - Quais as ações que o Ministério do Trabalho desenvolve para combater o trabalho escravo no país? O que é a chamada "lista suja" do trabalho escravo e quais as sanções para as empresas ou pessoas que fazem parte dela?

RV - O MTE desenvolve um conjunto de ações para prevenir a ocorrência do trabalho escravo, reprimir a prática e favorecer a reinserção social das vítimas. Na linha repressiva, destaca-se a execução de operações fiscais pelo grupo especial de fiscalização móvel e pelos grupos de fiscalizações rurais das SRTE. O cadastro de infratores (também conhecido como lista suja) é outra importante ferramenta. Criado em 2004, o cadastro expõe os perpetradores da prática ao monitoramento por dois anos pela auditoria trabalhista, bem como pode sujeitá-los a restrições impostas no que se refere ao acesso ao crédito, por instituições públicas e privadas. O cadastro está publicado na Internet, no sítio do MTE, para consulta pública. Importante mencionar que o Conselho Monetário Nacional, por meio da resolução 387 de junho deste

ano, vedou a concessão de crédito rural por instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a pessoas físicas ou jurídicas que estão inscritas no cadastro de empregadores infratores. Com a publicação da Lei nº. 10.608, em 2002, o trabalhador resgatado da condição análoga a de escravo conquistou o direito de receber três parcelas do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo cada. A concessão de seguro-desemprego na modalidade especial para os libertados do trabalho escravo favorece a reinserção social destes cidadãos.

Parceria firmada entre o MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social reforça a reinserção social das vítimas. Desde dezembro de 2005, vigora acordo de cooperação entre os dois órgãos, que prevê o acesso prioritário desses trabalhadores ao programa federal de transferência de renda, o Bolsa Família, desde que observem os critérios de elegibilidade do programa.

Cabe destacar ainda, na linha de prevenção, o Programa Marco Zero de intermediação de mão-de-obra rural. Esta iniciativa tem o objetivo de aumentar a presença da intermediação pública de mão-de-obra no meio rural, via sistema nacional de emprego (Sine), de modo a inibir o aliciamento ilegal de trabalhadores, momento inicial da cadeia de eventos que leva ao trabalho escravo.

RF - No que consiste o Plano Nacional do Trabalho Escravo? Como funciona e quais os ministérios envolvidos? Quais os recursos disponíveis para o plano e quem o financia?

RV - O Plano, que está na sua segunda versão, lançada em 2008, apresenta um conjunto de ações que têm impacto sobre as causas e consequências do trabalho escravo no país. É estruturado em ações de enfrentamento e repressão, reinserção social das vítimas, prevenção, informação, capacitação e iniciativas específicas de repressão econômica (das quais o cadastro de infratores é parte). Espectro amplo de atores, tanto públicos, quanto não estatais, participam da implementação do plano, que é monitorado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Os recursos que financiam a execução têm origem nas dotações orçamentárias dos programas coordenados pelos participantes do plano, consignadas na lei orçamentária anual. O Plano

ulture without

ogramme
ation
our
idlabour

Ruth Vilela, secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

pode ser consultado no sítio da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, órgão responsável pelo seu monitoramento.

RF - O que é a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo? Quais as suas atribuições?

RV - A comissão foi instituída por ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após o lançamento, no início de 2003, do Primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado por uma comissão especial (constituída em 2002) do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Instituída pelo Decreto de 31 de julho de 2003, a Conatrae responde à necessidade de monitoramento e coordenação da execução do plano nacional e de criação de um espaço de diálogo e concertação social entre órgãos governamentais, poderes do estado e sociedade civil. A comissão dedica-se, ainda, à propositura de estudos e pesquisas e de promoção de campanhas relacionadas ao trabalho escravo.

A lista de participantes da Comissão é extensa e pode ser consultada no sítio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que a preside.

RF - O que acontece com os trabalhadores vítimas do trabalho escravo após a sua libertação? Existe algum acompanhamento ou projetos voltados para a reinserção deles no mercado de trabalho formal e na sociedade?

RV - No momento do resgate, os dados dos

trabalhadores são colhidos e encaminhados para o seguro-desemprego, para a concessão do benefício em três parcelas no valor de um salário mínimo. O MTE, posteriormente, envia os dados dos trabalhadores libertados para o MDS, que se encarregará de localizá-los e inseri-los no Bolsa Família, caso se enquadrem nos critérios do programa.

RF - É verdade que muitos trabalhadores voltam a ser escravizados algum tempo após a libertação?

RV - O índice de reincidência de trabalhadores, de acordo com nossos registros estatísticos, é de apenas 1,31%, considerando o período de 2003 a 2008, entre os resgatados que receberam o seguro-desemprego especial.

RF - Está em tramitação, no Congresso Nacional, uma proposta de emenda constitucional que prevê o confisco de terras em que for constatada a prática do trabalho escravo. O que a senhora acha desta iniciativa? Se aprovado, ela pode contribuir para o fim do trabalho escravo? A Secretaria está desenvolvendo alguma ação para ajudar na aprovação?

RV - Trata-se da PEC 438/01, que determina a expropriação de terras em que é verificada a prática de submeter trabalhador à condição análoga a

de escravo. A alteração constitucional deverá ter importante efeito dissuasivo. Empregadores mal intencionados pensarão duas vezes antes de incorrerem no crime, diante da possibilidade de perderem a propriedade de suas terras. A Secretaria atua em conjunto com os demais membros da Conatrae pela aprovação da PEC.

RF - O Governo Federal/MTE lançou um projeto para acompanhar a migração dos trabalhadores para fora de seus estados de origem. No que consiste este projeto? Quais suas ações e quais os estados atendidos? Há previsão de ampliação?

RV - O MTE e os governos de Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Maranhão e Piauí firmaram acordo de cooperação técnica para a execução do projeto Marco Zero de intermediação de mão-de-obra rural, que menciono acima. Esse projeto tem o objetivo de inibir o aliciamento de trabalhadores rurais com a oferta do serviço de intermediação pelo SINE. Ao invés de deixarem seu município de origem por meio dos chamados "gatos" (aliciadores), os trabalhadores se deslocariam para oportunidades de emprego em outros estados com a carteira de trabalho e previdência assinada, as despesas de transporte custeadas pelo empregador, a definição prévia do serviço a ser prestado, a remuneração e demais condições contratuais.

RF - O que pode ser feito pelo MTE, em parceria com as secretarias estaduais do

Trabalho, para erradicar o trabalho escravo no Brasil?

RV - Os esforços empreendidos pelo governo federal e os governos estaduais em favor da erradicação do trabalho escravo já obtiveram o reconhecimento de instituições internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Muito ainda precisa ser feito para elevar os índices de desenvolvimento humano das regiões de aliciamento, atenuando as condições de pobreza que ainda levam

trabalhadores a aceitarem propostas de emprego duvidosas, feitas pelos aliciadores (gatos) que atuam nessas regiões. No que diz respeito ao Poder Judiciário, é preciso ainda tomar mais frequentes as punições de natureza criminal, impondo penas de restrição de liberdade, previstas na lei, aos perpetradores desse crime. Muito já foi feito, mas há muito por fazer. Para atacar problemas dessa magnitude e complexidade é fundamental a articulação entre os diversos níveis de governo.

"A atuação das secretarias estaduais do trabalho é essencial nessa luta, podendo iniciar-se pela construção do plano estadual de erradicação do trabalho escravo, como já fizeram diversos estados"

MATO GROSSO CRIA FUNDO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Criado pelo Governo de Estado do Mato Grosso e aprovado na Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado, através da Lei nº 9291, o Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo (Fete) tem por finalidade custear as ações de repressão, prevenção e reinserção de pessoas que foram vítimas do trabalho escravo no estado.

A receita destinada ao Fete é estimada em R\$ 300 mil, sendo R\$ 200 mil arrecadados por meio de condenações e acordos judiciais de ações envolvendo a exploração no trabalho, multas e indenizações e R\$ 100 mil bancados pelo Governo do Estado.

Os recursos são gerenciados pelo Conselho Estadual Gestor do Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo (Cegefete), instalado em março deste ano e composto por 12 representantes de instituições do poder público e entidades não-governamentais, que já exercem atividades ligadas ao combate e erradicação do trabalho escravo no estado.

As primeiras ações concretas desse trabalho já estão acontecendo. De

acordo com a superintendente regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso (SRTE/MT) e membro da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso (Coetrae), Valdiney Arruda, já foram realizadas quatro conferências municipais e uma estadual, que teve por objetivo revisar e atualizar o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.

Como ação preventiva, Arruda ainda aponta a distribuição de cartilhas entre a população, apresentando conteúdos e práticas educativas que contribuem para a erradicação do trabalho escravo, além da execução de projetos voltados para a capacitação de trabalhadores resgatados de atividade análoga à escravidão.

Descentralização – Iniciada este ano, a descentralização das ações de repressão para o interior matogrossense também é custeada pelo Fete. A implementação do Curso de Operações de Repressão ao Trabalho Escravo (Corte), destinado à área rural, é um exemplo de como os recursos do Fete estão sendo aplicados no interior do estado. Inédito no Brasil, o Corte é executado por meio de parceria entre a Polícia Judiciária Civil do Mato Grosso (PJC), o Ministério Público Federal (MP), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

A ideia do curso surgiu da necessidade de se ter mais agentes públicos capacitados e mais preparados para acompanhar as ações de repressão contra o crime e conflitos agrários. Neste momento, 30 profissionais estão sendo habilitados, aprendendo a aplicar pesquisas prévias na região que será fiscalizada, conhecendo, inclusive, o perfil dos envolvidos com o crime. O curso tem duração de quatro meses, com carga horária de 600 horas, incluindo aulas teóricas e práticas.

PARÁ

Paragominas e Marabá, municípios situados na região sudeste, foram os escolhidos para o início do processo de cadastramento das empresas que atuam na área rural do estado. O levantamento de dados é feito pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) e servirá de base para a ação de intermediação a ser desenvolvida em seguida pelo Sine estadual. "Começamos por essas duas localidades por ali ter um alto índice de ocorrência de trabalhadores atuando em situação análoga à escravidão", explica Celeste Ferreira Lourenço, técnica da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda do Pará (Seter), e responsável pelo acompanhamento do projeto Marco Zero no estado.

Segundo informa, a meta é cadastrar (até o final do ano) 120 mil imóveis. Desse total, 97 mil já foram catalogados e 29 mil estão inseridos no banco de dados da Adepará, onde é detalhado o perfil das empresas. "Essa informação contribui para o planejamento seguro das ações", salienta Lourenço.

PIAUI

No Piauí, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo faz a inscrição prévia dos trabalhadores rurais no Sine, para atender às demandas das colheitas de café, cana-de-açúcar, laranja e de outras culturas menos tradicionais para o ano de 2011. De acordo com a secretária de Trabalho do estado, Larissa Maia, o grande desafio do Marco Zero no estado ainda é lidar com a resistência de alguns trabalhadores e produtores rurais: "De um lado, encontramos o trabalhador que resiste em colaborar, por medo que a fiscalização lhe tire a oportunidade de trabalho. O mesmo acontece com os produtores rurais, que questionam pontos da legislação", explica.



Larissa Maia, secretária de Trabalho do Piauí

SECRETARIAS MOBILIZADAS PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Lançado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2008, o projeto Marco Zero tem como foco a intermediação de mão-de-obra rural feita por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), proporcionando de forma ágil, segura e desburocratizada o encontro entre trabalhadores em busca de vagas e empregadores. Inicialmente executado em cinco estados brasileiros – Maranhão, Mato Grosso, Minas Geras, Pará e Piauí – o Projeto Marco Zero visa, prioritariamente, impedir a ação de aliciadores, conhecidos como “gatos”, que contratam trabalhadores sem nenhuma garantia de seus direitos sociais e trabalhistas, obrigando-os a situação de trabalho degradante.

A decisão de implementar o Projeto Marco Zero é parte do plano de ações da Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), lançada em 2003 pelo MTE, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)



MARANHÃO

Desde 2009, cerca de 3 mil trabalhadores rurais dos municípios de Açailândia, Bacabal, Pedreiras e Codó trabalham com segurança e direitos trabalhistas assegurados no corte da cana-de-açúcar em Minas Gerais e Mato Grosso. Os trabalhadores foram cadastrados pelo Sine do Maranhão, em parceria com o MTE e a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres). Segundo a chefe de gabinete da Setres e coordenadora substituta do Marco Zero no Piauí, Ana Fabíola Pascoal, ajustes ainda serão feitos para tornar mais eficaz o cadastramento. “Até então, só realizávamos o cadastramento de trabalhadores a partir do pedido de mão-obra solicitado pelos outros estados. Fazíamos por demanda. Mas a partir de dezembro e janeiro de

2011, começaremos o cadastro prévio dos trabalhadores, antes do período do corte de cana”, adianta Ana Fabíola.

MATO GROSSO



Ivone Rosset,
superintendente do
Trabalho de MT

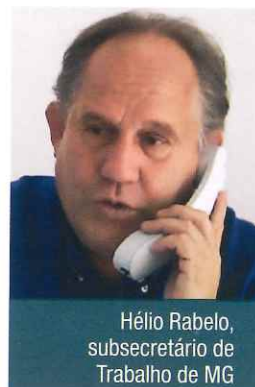
A primeira ação efetiva do projeto Marco Zero no Mato Grosso foi realizada em março deste ano, quando o Sine do estado recrutou trabalhadores rurais para trabalhar no corte de cana-de-açúcar na região. Foram 1.100 vagas oferecidas por uma grande usina agrícola instalada no estado. Segundo a superintendente do Sine de Mato Grosso, Ivone Rosset, o serviço intermediou o processo

de contratação dos trabalhadores e tem perspectivas de atender as necessidades dos empregadores para a próxima safra 2010/2011.

MINAS GERAIS

Foi a partir de junho deste ano que o estado de Minas Gerais passou a ser atendido pelo projeto Marco Zero. Apesar de recente, alguns avanços já podem ser notados com a implantação de ações em municípios como Almenara, Araçuaí, Salinas e Teófilo Otoni, localizados nas regiões do Jequitinhonha, além de Mucuri, situado na região norte do estado. A avaliação é feita pelo subsecretário de Trabalho, Emprego e Renda (Sedese), Hélio Rabelo, que destaca a grande adesão das empresas visitadas nas regiões onde o programa já atua.

Para o futuro, de acordo com Rabelo, está sendo analisada a possibilidade da criação de um selo de responsabilidade social, que identificaria a empresa parceira no projeto.



Hélio Rabelo,
subsecretário de
Trabalho de MG

JORNADA MUNDIAL PELO TRABALHO DECENTE

No dia 7 de outubro, é comemorado o Dia Mundial pelo Trabalho Decente. No Brasil, manifestações ocorreram em várias cidades, e as centrais sindicais encaminharam carta ao Ministério do Trabalho e Emprego, defendendo a implementação e fortalecimento de políticas que contribuam para a consolidação do trabalho decente no Brasil

Ao Senhor

Carlos Roberto Lupi

M.D. Ministro do Trabalho e Emprego

Dia Mundial pelo Trabalho Decente

Emprego e salário justo para toda nossa gente!

Senhor Ministro;

Neste 7 de outubro, quinta-feira, milhões de trabalhadores tomarão as ruas do planeta no Dia Mundial pelo Trabalho Decente, por emprego e salário justo para toda nossa gente. No Brasil, as centrais sindicais estão nas ruas para lutar por melhores condições de vida e trabalho, ampliando os laços de solidariedade e integração entre os povos.

A política de valorização do salário mínimo e o fortalecimento do papel do Estado têm sido essenciais para o país superar a crise e combater as desigualdades, e precisam ser aprofundadas para efetivar a justiça social. Agora, é hora de ampliar direitos, reduzir a jornada de trabalho, para 40 horas semanais, sem redução de salário, combater a precarização e o trabalho infantil, garantir igualdade de oportunidades e serviços públicos de qualidade.

Para que isso ocorra, é preciso aumentar os investimentos em políticas públicas e pressionar para colocar o setor financeiro em sintonia com um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo, reduzindo as taxas de juros e ampliando os recursos para o setor produtivo e para as áreas sociais. Para combater a desregulação das relações de trabalho é necessário que os países invistam em políticas públicas que garantam proteção social aos setores mais vulneráveis da sociedade e o direito ao emprego, tendo o trabalho decente como eixo central.

A III Jornada Mundial pelo Trabalho Decente traz como eixo, três exigências apontadas por trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo:

1. Garantia de crescimento com geração de postos de trabalho decentes, que são essenciais para superar a crise e por fim à pobreza.
2. Proporcionar serviços públicos de qualidade que são fundamentais para levar uma vida decente e não devem ser reduzidos em função de "ajustes fiscais".
3. Exigir que o setor financeiro pague pelo dano que tem causado ao trabalhadores(as), colocando-se a serviço da economia real e responda às necessidades.



No Brasil, reivindicamos:

A defesa da política de valorização do salário mínimo, medida que beneficia diretamente mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Fortalecer o poder de compra dos trabalhadores, com o aumento da massa salarial, vem sendo decisivo para o combate às desigualdades e precisa ser mantido. Além do mais, diferentemente do que os governos fizeram na Europa ou nos Estados Unidos, quando ampliaram a injeção de recursos públicos nos bancos privados para tapar o rombo da especulação, cortando investimentos nas áreas sociais, aqui fizemos exatamente o oposto: colocamos a roda da economia para girar investindo no consumo de massa. Portanto precisamos garantir que seja efetivada e materializada como política de Estado a valorização do salário mínimo.

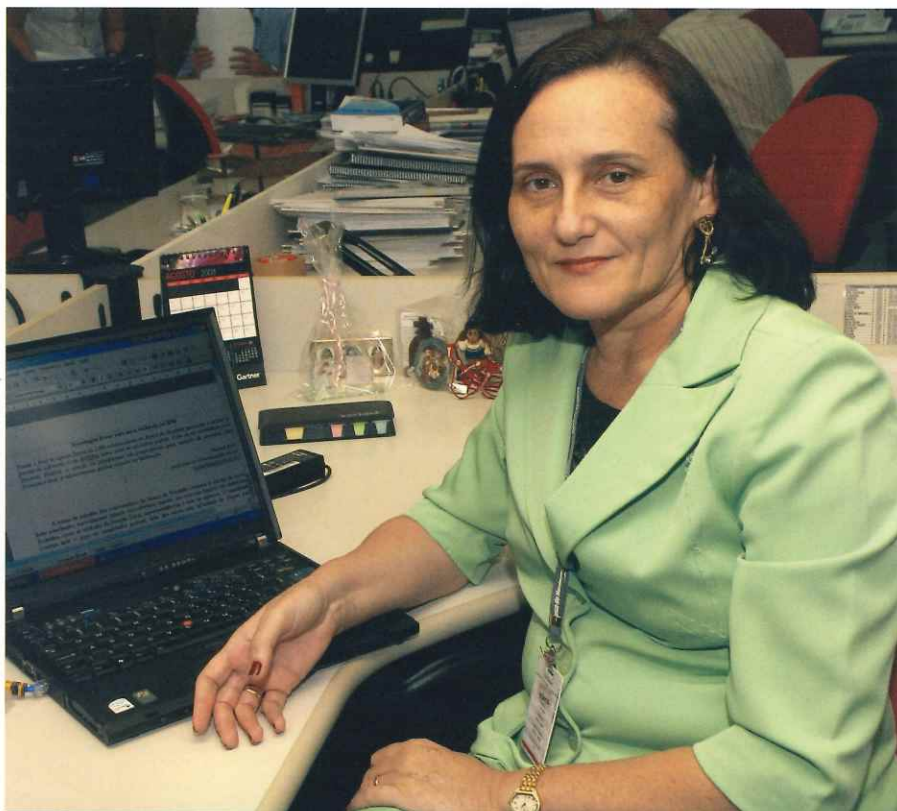
As centrais sindicais reivindicam a manutenção da política nacional do salário mínimo, com aumento real em 2011, por ser esta uma política de longo prazo que recupera o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras. Defendemos a implantação de medidas concretas para combater o alto índice de terceirização e precarização existente em algumas categorias como a construção civil e os canavieiros; lutar contra a verdadeira epidemia de acidentes de trabalho, que deixa anualmente centenas de milhares de trabalhadores mortos, lesionados ou mutilados; garantir o cumprimento de leis como a do Piso Salarial dos Professores, que vem sendo desrespeitado por vários governos estaduais; ampliar a fiscalização e o combate à impunidade nos locais de trabalho, acabar com o assédio moral, por fim à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

São Paulo, 07 de outubro de 2010.

Confederação Sindical Internacional – CSI/CSA
Federação Sindical Mundial – FSM
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
Central Única dos Trabalhadores do Brasil – CUT
Força Sindical – FS
Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST
União Geral dos Trabalhadores – UGT

MICROCRÉDITO ALAVANCA RENDA

As secretarias estaduais do Trabalho tem avançado na implementação de programas de microcrédito. O lançamento do Crediamigo, linha de financiamento do Banco do Nordeste (BNB), representa um divisor de água no financiamento e orientação básica para o cidadão abrir seu próprio negócio ou manter-se no mercado



Anadete Apoliano, superintendente na Área de Microfinança Urbana e Micro e Pequena Empresa do BNB

Maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul, o Crediamigo é voltado prioritariamente para o empreendedor de baixa renda e tem como marca principal o acesso ao crédito de maneira rápida e sem burocracia. Tem direito ao financiamento, empreendedores com faturamento de até R\$ 120 mil ao ano e que planejam ou já desenvolvem atividades ligadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços.

O atendimento é personalizado, realizado no local do empreendimento do cliente, com agentes de crédito treinados, que realizam levantamento do perfil sócio-econômico do empreendedor, analisam as necessidades de crédito e sua capacidade de pagamento, acompanham a aplicação dos recursos, além da prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio.

Com 282 unidades de atendimento

próprias espalhadas por 1.773 municípios, de todos os estados do Nordeste, norte do Espírito Santo e Minas Gerais, e as cidades do Rio de Janeiro e São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, o programa já beneficiou cerca de 1,5 milhão de empreendedores. Em 2010, até o mês agosto, o investimento foi de 1,2 bilhão de reais.

SECRETARIAS DE TRABALHO, O CREDIAMIGO E A REGIÃO NORDESTE

Segundo a superintendente na Área de Microfinança Urbana e Micro e Pequena Empresa do BNB, Anadete Apoliano, o programa também funciona por meio de parcerias com prefeituras e governos estaduais. "As secretarias de Trabalho dos estados ou dos municípios podem encaminhar demanda de potenciais

empreendedores enquadrados como público-alvo do Crediamigo para nossas unidades, onde poderão ser atendidos com crédito e orientação empresarial. Uma ação complementar é a efetivação de acordos de cooperação técnica no sentido de potencializar a ação do programa nos municípios", explica a superintendente.

Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas realizadas entre 2001 e 2006, sobre o incremento da economia do Nordeste após as ações do Crediamigo, reforçam a importância do programa quando avaliado o perfil sócio-econômico do país. "Estudos da FGV indicam que o crédito produtivo é uma das principais alavancas para o aumento da renda familiar. Pela ação do Crediamigo, o Nordeste teve um crescimento acentuado no acesso ao crédito, possibilitando que até 50% dos clientes superassem a linha de pobreza no período de permanência no programa", destaca Anadete Apoliano.

SISTEMA S DESENVOLVE PROGRAMAS V



Instituições do Sistema S desenvolvem vários cursos de qualificação em todo o país



VOLTADOS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



As organizações do Sistema S estão entre aquelas entidades contratadas pelas secretarias estaduais para a implementação dos seus programas de qualificação. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) estão entre as entidades que trabalham exclusivamente com a qualificação, abrangendo diversas áreas de trabalho.

Para a execução dos programas de qualificação profissional, o Sistema S conta com a parceria de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. O Senat, por exemplo, capacita trabalhadores para o setor de transporte, contando com a parceria de secretarias estaduais de Trabalho, inclusive utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Desde a sua criação, em 1993, aproximadamente 10 milhões de pessoas, na faixa etária de 25 a 45 anos, já participaram de ações educacionais nos mais de 300 cursos existentes.

Qualificar os atuais e futuros trabalhadores da indústria brasileira, em todos os níveis

Em parceria com o Sistema S, Secretarias Estaduais do Trabalho qualificam mão-de-obra



Daniel Carrara
Secretário-executivo
do Senar

e modalidades, é uma das responsabilidades do Senai, o primeiro provedor de soluções em Educação Profissional e Tecnologia Industrial do Brasil, que vem capacitando, anualmente, mais de dois milhões de pessoas. Os matriculados no serviço recebem a formação inicial, técnica de nível médio, a graduação e pós-graduação, além de programas de educação continuada, que são realizados ao longo do processo educativo, com a finalidade de desenvolver competências complementares, incluindo, quando necessário, a elevação da escolaridade básica do trabalhador.

Em 2009, o Senai contabilizou, cerca de 2,4 milhões de matrículas, e no primeiro semestre deste ano foram mais de um milhão de pessoas inscritas nas atividades de qualificação. São atendidos desde o jovem aprendiz ao profissional especializado, e o desempregado que precisa atualizar seus conhecimentos para retornar ao mercado de trabalho e, para tanto, necessita dominar novas e mais sofisticadas tecnologias.

Além da indústria e do transporte, o investimento em qualificação do trabalhador rural também faz parte das iniciativas do Sistema S. Para isso, o Senar, criado em 1991, oferece qualificação profissional em 163 ocupações distribuídas em oito linhas de ação: agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo, aquicultura, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril e atividades relativas à prestação de serviços.

De acordo com o secretário-executivo do Senar, Daniel Carrara, anualmente, o serviço atende 700 mil pessoas com a realização dos cursos de capacitação profissional rural, além dos programas especiais, que atingem cerca de 8 milhões de pessoas. O Empreendedor Rural é um dos programas que capacita o produtor a administrar sua propriedade com mais eficiência, aprendendo a calcular os custos de seus processos produtivos e ter uma visão de sua atividade frente a um mercado globalizado. O Negócio Certo Rural e o Com Licença Vou à Luta, também são projetos voltados para orientação do produtor rural e sua família, na gestão da sua propriedade rural, sendo o último, exclusivo para as mulheres rurais, que são capacitadas em gestão, empreendedorismo e liderança.



A GENTE TRABALHA DURO PARA O BRASIL PODER TRABALHAR

A Revista Fonset já está em sua segunda edição.

Além de divulgar as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Trabalho dos Estados, promove o debate sobre as políticas do sistema público de emprego.

Com 10 mil exemplares e distribuição nacional, a Revista Fonset atinge um público formador de opinião com grande capacidade de análise crítica.

Uma excelente oportunidade para anunciar seus produtos ou serviços.

ANUNCIE NA

Ligue (71) 3115.3398
ou mande um e-mail para forum.fonset@gmail.com
e informe-se como anunciar numa revista de alto nível.



REVISTA FONSET





Para o Brasil continuar crescendo, é preciso investir em sua principal força: os brasileiros.

FONSET. Ajudando a mudar
o panorama da qualificação
profissional em nosso país.

O Brasil vive um excelente momento

econômico, com recordes na geração de empregos e abertura

de milhares de postos de trabalho. Mas, por trás desses números, existe uma grande carência de mão-de-obra qualificada. O Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – FONSET – está empenhado em mudar essa realidade. Além de trabalhar pelo aumento de recursos, o FONSET passou a ter uma atuação mais ativa e dinâmica nas reuniões do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), instância que delibera sobre políticas públicas de emprego. Afinal, investir na qualificação de quem faz o Brasil progredir é investir no futuro.

